

Política

CONSTITUINTE

Com 248 votos em plenário, o Centrão não conseguiu aprovar o preâmbulo que propôs para a Constituição. Hoje há nova chance. Se não, entra em votação o texto de Cabral.

Primeira votação. E já faltou quorum.

O Centrão não conseguiu, ontem à tarde, reunir os 280 votos necessários para aprovar a sua emenda substitutiva ao preâmbulo do projeto de Constituição votado pela Comissão de Sistematização. A sessão foi suspensa por 24 horas e hoje novamente será votada a emenda do Centrão que, se não for aprovada por maioria absoluta, irá ao arquivo, sendo votado então o texto do relator Bernardo Cabral.

A votação de ontem, a primeira de plenário da Assembleia Nacional Constituinte na sua fase decisiva de feitura da futura Constituição, foi muito expressiva: votaram 484 dos 559 constituintes, sendo 248 favoráveis à emenda do Centrão, 227 contrários (a esquerda principalmente), registrando-se nove abstenções. Setenta e cinco constituintes não compareceram à sessão.

Diante do delírio da esquerda, que comemorou a derrota do Centrão — a primeira desde que o grupo se constituiu, em novembro do ano passado, para impor uma nova redação ao regimento interno, com quatro vitórias seguidas — o líder do PDS na Câmara, Amaral Netto (RJ), do microfone de apertes, chamou a atenção para o fato de a esquerda estar alegre porque os trabalhos da Constituinte estavam caminhando para a obstrução.

A votação do preâmbulo começou logo depois dos discursos feitos pelos líderes, com o encaminhamo da votação por dois constituintes a favor (o senador Afonso Arinos, PFL, e o deputado Aluizio Campos, PMDB-PB) e dois contra (deputados José Genoino, PT-SP, e Nelson Jobim, PMDB-RS).

Acionado o painel eletrônico, o primeiro resultado deu o total de votos de 348 constituintes (mas sem os resultados detalhados de votos favoráveis e contrários e abstenções), seguindo-se, então, as votações em oito painéis à frente da Mesa, na parte de cima das mesas da taquígrafia, tendo votado mais 136 constituintes nesse sistema para completar o quórum de 484 votantes. O processo de votação durou 23 minutos.

A decepção do Centrão foi muito grande, contrastando com a alegria da esquerda que, como o Centrão, também não conseguiu maioria para derrotar a proposta centrista: teve apenas 227 votos, ou seja, 21 votos a menos do que os conseguidos pelo Centrão. A explicação principal do Centrão para a sua derrota foi o voto contrário dos parlamentares evangélicos, que discordaram de que a expressão "sob a proteção de Deus" tenha ficado para o fim do preâmbulo, e não para o começo.

O presidente da Constituinte, da Câmara o PMDB, Ulysses Guimarães, considerou o resultado natural e, mais do que isso, previsível, e disse que espera que o número de votantes no plenário corresponda ao número daqueles que subscreveram a emenda substitutiva, o que não aconteceu ontem. Com efeito, pela emenda do Centrão votaram 248 parlamentares, embora tenham sido 286 aqueles que subscreveram a proposta.

O deputado Daso Coimbra, líder do grupo de constituintes evangélicos e um dos articuladores do Centrão, desmentiu a versão de que seu grupo fora derrotado pelo voto dos protestantes que integram o grupo e não se conformaram com a supressão da expressão que estendia a proteção de Deus a toda a Constituinte.

Conforme o parlamentar, "todos os protestantes que integram o Centrão votaram a favor do nosso preâmbulo". Ele explicou as ausências da deputada Eunice Michiles, "que estava no dentista", e de Manoel Moreira, que está em Campinas, "e deve retornar hoje a Brasília".

O deputado Sigmaringa Seixas, um dos coordenadores do Movimento de Unidade Progressista do PMDB, entende que o desfecho da votação evidenciou que o Centrão não tem a maioria que apregoa, mesmo para aprovar suas propostas.

O deputado peemedebista avalia que, sem entendimento, haverá o temido "buraco negro", ou seja, uma Constituição incompleta, faltando dispositivos. Sigmaringa entende ainda que o episódio mostra não somente a necessidade e um amplo entendimento sobre a matéria, mas de nova reforma do regimento para evitar a postergação dos trabalhos, com o adiamento de 24 horas a cada votação sem quórum.

Também o líder peemedebista na Constituinte, senador Mário Covas, evitou interpretar o episódio como uma derrota do Centrão. Ele considerou "muito ruim" o ocorrido, que na sua opinião aconselha o entendimento entre as diversas facções políticas que integram a Assembleia Constituinte. Para o senador por São Paulo, "a nova Constituição tem de ser resultante das maiorias eventuais que se formarão em plenário a cada votação".

Apesar do cuidado na análise do acontecimento, o deputado José Genoino (PT-SP) previu que "o resultado da votação vai contribuir para baixar a bola do Centrão". Ele está preocupado com a falta de interesse manifestada por alguns dos integrantes do grupo com relação à Constituinte, afirmando que, se persistirem as ausências, haverá um impasse, "e, nesse caso, ou se negocia, ou estaremos diante de um buraco negro".



O plenário, com quase 500 constituintes e a votação.



... 248 a 227 votos.

A desinformação de alguns integrantes do Centrão em relação ao sistema de votação, o desinteresse de outros pelo preâmbulo, a ausência de muitos e até mesmo a colocação do nome de Deus no fim da matéria foram alguns dos motivos alegados pelos líderes do grupo para não terem obtido os 280 votos necessários para aprovação do preâmbulo. Mas o resultado não foi considerado uma derrota, nem mesmo a opção de pouco mais de 30 integrantes do Centrão em apoiar o projeto da Comissão de Sistematização para o preâmbulo, pensando que o assunto poderia ser discutido posteriormente.

Os problemas começaram quando o senador Fernando Henrique Cardoso tentou um acordo com o Centrão para acrescentar ao preâmbulo uma emenda do senador José Agripino Maia que garantia a participação popular direta. O deputado José Lins, um dos líderes do grupo, não concordou alegando que este ponto não havia sido acordado na reunião realizada pela manhã e que teria que consultar os centristas. A partir daí, muitos parlamentares do Centrão — que desejavam ver incluído na nova Carta que "os poderes inerentes à democracia são exercidos por representantes eleitos ou diretamente exercidos pelo povo, na forma desta Constituição" — votaram no texto da Sistematização. Com 32 votos a mais o Centrão aprovaria o seu preâmbulo.

O Centrão explica sua falha: desinformação, desinteresse...

Segundo Daso Coimbra (PMDB-RJ), apenas 276 centristas estavam em Brasília. Os demais tiveram problemas de atraso de aviões e chegariam ainda ontem. Para ele não há racha e o grupo não fez 280 votos mas fez a maioria. "Os trabalhos estão ainda no início e a nossa comissão encarregada de tratar da parte temática, de verificar se o constituinte votará mesmo a favor da nossa emenda, ainda não estava completamente organizada e daí os problemas", disse, acrescentando que "amanhã tudo estará organizado e garantiremos a vitória".

Segundo Afif Domingos (PL-SP), "ficou claro que sem um processo de negociação nós não teremos uma Constituição nova". Lembrou ainda que esse resultado vai exigir uma fixação de critérios, diminuindo ao máximo o número de destaques a serem votados para que se possa ter ideia de quando serão concluídos os trabalhos. "Não foi

uma derrota", salientou ele, explicando em seguida que desde o primeiro dia se iludiam aqueles que pensavam que reuniam 280 votos para todas as teses: "Ninguém tem esse número, nem nós nem eles. E preciso negociar. Só chegaremos aos 280 votos por acordo". O deputado advertiu que as negociações só poderão ser feitas por quem estiver devidamente autorizado sobre o tema em questão, referindo-se à tentativa de Roberto Cardoso Alves, Carlos Sant'Anna e José Lourenço de trocar votos pelos cinco anos por cargos. "Nós não aceitamos envolver o Centrão nesta discussão de cinco anos de mandato", concluiu.

Ricardo Fiúza, outro líder do Centrão, acha que muitos dos centristas, por desconhecimento do regimento interno, não se aperceberam do que podia acontecer ao votar contra o projeto do grupo, pensando que muitas outras votações seriam realizadas. "Foi bom que isto tivesse acontecido agora, no início, pois vamos procurar estes companheiros e verificar se dá para aprovar o nosso texto ou não".

Roberto Jefferson, por sua vez, considerou que a ausência de 75 constituintes nos primeiros dias de trabalho contribuiu para este resultado. "O que aconteceu aqui serve de lição e de apelo aos faltosos para que venham para Brasília cumprir com sua obrigação perante os eleitores e a Nação", disse.

As emendas paulistas: contra aberrações.

A eleição do sucessor do presidente José Sarney não seria definida pelo voto majoritário, mas por um critério ponderado semelhante ao que vigora hoje no número de cadeiras por Estado na Câmara dos Deputados. Dessa forma, o voto do eleitor paulista — que vive no Estado mais populoso e elegeu 60 deputados — teria peso muito menor que o do Acre, um dos menos habitados mas que é representado na Câmara por oito parlamentares, porque as representações não expressam a verdadeira proporção entre eleitorados e bancadas estaduais.

Proposta de emenda com esse objetivo foi apresentada pelo deputado Osvaldo Coelho (PFL-PE), que se aproveitou de uma brecha aberta pelo substitutivo do Centrão, a eliminar um trecho do artigo 16 do projeto elaborado pela Comissão de Sistematização. Originalmente, o caput do artigo dizia: "O sufrágio é universal, e o voto direto e secreto, com igual valor para todos".

O trecho em negrito foi suprimido pelo PMDB paulista, deputado Roberto Rollemberg, já apresentou um pedido de destaque pedindo que o trecho seja reincluído no texto constitucional a ser aprovado, impedindo automaticamente a possibilidade de aprovação da emenda de Osvaldo Coelho.

Esse foi um dos pontos considerados aberrantes pelo governo e pela maioria da bancada do PMDB paulista, conforme relato feito ontem pelo ex-deputado Alberto Goldman, secretário de Coordenação de Programas de Governo, em entrevista à imprensa. Goldman reuniu-se no último fim de semana e na segunda-feira, em Brasília, com parte da bancada, para estudar a fundo aspectos considerados contrários aos interesses paulistas.

Aliás, Goldman tem ido semanalmente a Brasília para conversar com constituintes, inclusive com lideranças de outros partidos, tais como os deputados Roberto Freire (PCB-PE), José Genoino Neto (PT-SP), Bonifácio de Andrade (PDS-MG) e José Lins (PFL-CE).

Ao relatar os resultados das reuniões com a bancada paulista e os contatos com políticos de outros Estados, na entrevista de ontem, Goldman acabou assumindo publi-



Goldman: porta-voz de Quêrcia.

camente aquilo que já se tinha como fato: ele é o articulador político do governador Orestes Quêrcia no plano nacional, atuando também no estadual. (Hoje, por exemplo, ele está na Assembleia Legislativa, com o secretário da Fazenda, José Machado de Campos Filho, para discutir com os deputados a questão do aumento do funcionalismo público.)

O secretário de Governo, Antônio Carlos Mesquita, também é articulador, mas exclusivamente no plano estadual, atuando naquilo que deputados do próprio PMDB chamam de varejo.

Incongruências

Se prevalecer a redação do artigo 26 do projeto da Comissão de Sistematização, mantida pelo Centrão, a União poderá, juntamente com os Estados e o Distrito Federal, legislar sobre a "organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis" (inciso XVII). Goldman considera isso uma "intervenção nos Estados" e informou que o senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, já se dispôs a lutar pela supressão desse inciso.

O aumento do número de deputados federais paulistas de 60 para 80 (a partir das eleições de 1989) é outra prioridade de São Paulo. Goldman considera muito promissor o fato de uma emenda nesse sentido ter sido apresentada pelo próprio presidente da Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães, e pelos líderes peemedebistas. Mário Covas (Constituinte), Ibsen Pinheiro (Câmara) e Fernando Henrique Cardoso (Senado).

E há o peso adicional de emenda semelhante proposta pelo deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), filho do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Outros Estados populosos também têm suas representações aumentadas e, com a criação dos Estados de Tocantins, Roraima e Amapá (com oito deputados cada), o número de vagas na Câmara aumentaria das atuais 487 para 540. Alberto Goldman assinalou que se fosse adotado o critério da proporcionalidade real, São Paulo teria que ter quase 120 deputados federais.

Outra distorção que os deputados paulistas querem corrigir é um resquício do "pacote de abril", baixado pelo então presidente Ernesto Geisel em 1977. Como o governo tinha maioria frágil na Câmara, mas maioria segura no Senado, estabeleceu casualmente que as emendas constitucionais só poderiam ser aprovadas por maioria de dois terços, em votações separadas nas duas Casas. Antes, as decisões eram adotadas pelo Congresso (Câmara e Senado em conjunto). Paradoxalmente, tanto a Comissão de Sistematização quanto o Centrão mantiveram aquele resquício do "pacote de abril". O retorno às votações de emendas pelo Congresso está sendo proposta pelo deputado Koyu Iha (PMDB-SP).

Quando à reforma tributária, a única preocupação do governo paulista é impedir a aprovação de algumas propostas de deputados do Norte e Nordeste que visam a destinação de mais recursos para aquelas regiões do que os previstos pelo Centrão e pela Comissão de Sistematização, cujas propostas nesse sentido são consideradas satisfatórias por Goldman. As cotas-partes dos Estados seriam aumentadas em 15% e as dos municípios em mais de 20%.

Kazumi Kusano

Os dias que antecedem a apresentação de emendas coletivas e os pedidos de destaque e preferência para as mesmas marcaram, na Constituinte, uma fase em que a movimentação dos corredores e as visitas aos gabinetes dos deputados e senadores ultrapassaram qualquer outro período.

Complicava-se o problema da coleta de assinaturas pela exiguidade do prazo, pela presença às vezes rápida dos constituintes na sede do Congresso e, por outro lado, pela limitação do número de assinaturas que cada parlamentar poderia aportar tanto nas propostas de modificação do texto quanto nas manifestações pela urgência ou preferência.

Quando da atividade normal do Congresso, viam-se grupos de pessoas a interceptar parlamentares para a obtenção de assinaturas, especialmente quando se tratava de matéria que exigia um número determinado de senadores e deputados, como no caso específico das emendas constitucionais.

Agora, porém, essa movimentação dobrou de intensidade. Os grupos de pessoas especializadas em coletar assinaturas se multiplicam e alguns deles sofisticaram sua atuação.

E, que, tratando-se de matéria que vai ser definida no próximo texto constitucional, os lobbies, que funcionam junto aos constituintes, aproveitaram-se dos esquemas já monta-

dos e os estimularam e ampliaram com quantias altas para procurar alcançar seus objetivos.

Os leitores viram, seguidamente, informações divulgadas segundo as quais este ou aquele constituinte reclamava contra a inclusão do seu nome subscrevendo determinada emenda e dizendo que a assinatura não era sua.

De outra parte, um dos mais penosos trabalhos da administração encarregada da conferência dos nomes acabou revelando duplicatas ou triplicatas de assinaturas em requerimentos, ou sua repetição em propostas de emendas algumas delas, inclusive, contraditórias, como as do presidencialismo e do parlamentarismo.

Alguns constituintes justificaram ter assinado as duas ou três propostas apenas visando o "apoiamento", não representando sua rubrica no documento nem a concordância com a matéria, nem a garantia do voto.

Outros, porém, reagiram energicamente e tinham razão. Esse grupo de caçadores de autógrafos, que dentro do Congresso promoveu verdadeiro carnaval, convencendo deputados e senadores a assinarem as emendas, contratou a venda de blocos de assinaturas e, como não têm escrúpulos, não indaga dos objetivos das emendas para as quais solicita a adesão dos

Freitas Nobre



parlamentares. Em alguns casos, a primeira página que traz a emenda e que justifica o apoio fica descartada das outras páginas de assinaturas, a ponto de serem utilizadas rubricas que visavam outras emendas, porque as folhas haviam sido vendidas a um parlamentar que tinha uma outra proposta.

Com a apresentação de mais de 60 mil emendas numa primeira fase, mais de dez mil em outra, e mais de duas mil na última, ficaria difícil não apenas aos serviços administrativos da Constituinte, mas aos próprios parlamentares conferirem suas assinaturas em cada uma das propostas. Alguns deles vieram a tomar conhecimento de seu apoio a determinadas sugestões ou emendas pela imprensa ou pelas críticas recebidas em seus Estados durante o último recesso branco. Concordaram, reagiram ou silenciaram.

Os caçadores de autógrafos fizeram a mala nestes últimos meses. Dizem que cada bloco de 30 assinaturas custava, no mínimo, Cz\$ 30.000. E é certo que nem senadores nem deputados ficaram colhendo esses autógrafos pelos corredores ou gabinetes. Menos, ainda, procuraram os constituintes em suas residências, à noite ou pela manhã, como ocorreu com os caçadores de assinaturas. Os porteiros dos edifícios em que residem senadores e deputados foram obrigados a despistar os instrumentos do lobby, mas ninguém impediu que alguns fizessem até fila na saída das garagens subterrâneas dos prédios para atravessar o carro do parlamentar, a fim de tentar ou até mesmo obter seu autógrafo em uma ou mais emendas.

Entre os grupos organizados, há dois, especialmente, comandados por duas senhoras já sobejamente conhecidas no edifício do Legislativo, aliás, sempre muito solícitas em prestar serviço e que com a Constituinte organizaram um verdadeiro pelotão de Jovens, especialmente moças, que se colocam nos pontos estratégicos da passagem dos parlamentares para colher os importantes autógrafos

que vão permitir o recebimento da emenda, do destaque ou da preferência.

Esse serviço terminou com o prazo fixado pelo Regimento Interno, mas agora é que estão aparecendo as contradições nas assinaturas de documentos. O dinheiro, porém, já está devidamente arrecadado.

Por tudo isso é que os próprios constituintes não sabem exatamente quantos aprovaram pelo voto as emendas coletivas que têm mais de 280 assinaturas ou os requerimentos de destaque e urgência que se apresentam com o quórum regimental.

Já não ouviremos pelos destãos do Congresso as perguntas que em outras épocas poderiam ser insultuosas — "quer comprar 50 ou 80 assinaturas?" ou "por quanto você me obtém 200 assinaturas?".

A fase passou, mas outro virá quando o Parlamento tiver que adaptar a legislação aos princípios da nova Carta constitucional.

Tornam-se, por isso mesmo, imprevisíveis as decisões em questões polêmicas, exceção feita a algumas já reconhecidas adotadas pela maioria, como o mandato de cinco anos, com a sacração franciscana celebrada pelo deputado Cardoso Alves: "E dando que se receba".

As gordas páginas de autógrafos nem sempre se ajustam aos vícios da estrutura e muitas vezes engordam exatamente as teses contrárias.

Negociar. Agora, só se pensa nisso na Constituinte.

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, tentará promover um acordo visando a votação sem problemas do preâmbulo do texto constitucional de autoria do Centrão. Ulysses Guimarães vai autorizar que seja votada uma emenda coletiva que admita a iniciativa popular no exercício dos poderes.

Ainda pela manhã, o Centrão terá uma outra reunião, desta vez com os pequenos partidos e esquerda do PMDB, para buscar um entendimento também sobre as votações. Esse encontro havia sido marcado antes do início dos trabalhos de votação e o seu objetivo inicial era tratar apenas de questões relativas aos direitos dos trabalhadores, como a estabilidade, prescrição da reclamação trabalhista, redução da jornada de trabalho, greve, horas extras e outros temas polêmicos. Mas, em virtude do impasse criado, o deputado Roberto Jefferson, um dos líderes do Centrão, entende que muitos outros assuntos precisam ser negociados.

"Precisamos buscar soluções para que a Constituinte não viva um impasse permanente e só conseguiremos o consenso discutindo cada tema", declarou ele, explicando ainda que "se com o preâmbulo, que é apenas uma introdução da Constituição, para o qual não havia maiores resistências dos grupos, imagine o que acontecerá na hora em que as votações girarem em torno de temas polêmicos, como reforma agrária, definição de empresa nacional, estatização da distribuição de petróleo e outros. Temos que sentar e conversar. Não há outro jeito".

Aliás, a estratégia do Centrão, daqui para a frente, será a de realizar reuniões constantes, diárias, para ter em mãos uma avaliação precisa sobre qual será a reação de cada um de seus integrantes em relação à matéria em votação em cada sessão, evitando assim que o grupo seja tomado de surpresa por diversos elementos que o integram.

Diariamente o Centrão distribuirá planilhas aos constituintes sobre orientação do voto e sobre os temas a serem debatidos na reunião matinal, que precederá as votações. No folheto distribuído ontem, o grupo ressaltava que "é de fundamental importância que os integrantes do nosso movimento estejam todos conscientes da necessidade de continuarmos unidos e coesos em torno dos pontos essenciais que tornarão a nossa Carta Magna moderna, garantidora da justiça social e da livre iniciativa". Para tanto, prossegue, é preciso que haja um entendimento e transparência sobre todas as regras, que reorientarão a votação no plenário. Por isso, a coordenação de plenário, juntamente com a coordenação temática, fará reuniões todos os dias, às 10 horas, no auditório da antiga Comissão de Minas e Energia, na Câmara dos Deputados, para acertar a estratégia do dia, negociar o texto, enfim, chegar a um consenso para evitar o que aconteceu ontem.

O Centrão distribuiu uma outra planilha na qual indica as emendas a serem votadas no dia, os destaques, o autor delas, os objetivos deste destaque, um pequeno comentário sobre ele e a sugestão de voto. Ontem, todo este trabalho não pôde ser aproveitado porque o grupo não chegou sequer a aprovar o substitutivo do Centrão. Ontem, os coordenadores em plenário foram os deputados Roberto Jefferson e José Lourenço. Hoje esta coordenação estará a cargo de Ricardo Fiúza e Irapuan Costa Júnior.

O Centrão mantém ainda 30 coordenadores de plenário que são responsáveis, cada um, por dez constituintes, a quem devem orientar durante a votação. Esses coordenadores ficam distribuídos por filias. No primeiro dia, entretanto, o esquema foi um pouco tumultuado. Por causa da decisão de não votar com o Centrão, muitos constituintes acabaram por dificultar o trabalho desses coordenadores, que tentaram, através de seus colegas, persuadi-los da decisão, no que acabaram não obtendo sucesso.

Ao lado deste trabalho fica o deputado Daso Coimbra, controlando a entrada em plenário de cada centrista. Há uma orientação informal de que cada um deles, ao chegar, deve procurar Daso Coimbra para que este compute na sua listagem de computadores a sua presença. Ontem, Daso Coimbra anotou a presença de 276 parlamentares do grupo. Para hoje ele prevê que estarão presentes pelo menos 285, já que muitos dessembarcarão em Brasília ontem à noite e os demais hoje pela manhã.